

Servidores federais apresentam pauta unificada ao governo

Reunião foi realizada na última sexta-feira com o secretário-executivo do MGI

Por Martha Imenes

Representantes das entidades nacionais das servidoras e dos servidores públicos federais se reuniram com o secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), José Lopes Feijóo, para entregar oficialmente a pauta unificada de reivindicações do funcionalismo para 2026. O documento já havia sido protocolado anteriormente por meio eletrônico.

Durante o encontro, ocorrido na sexta-feira (30), Feijóo destacou pontos específicos da pauta, como a prioridade da regulamentação da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O secretário também mencionou a preocupação do governo em criar mecanismos de proteção contra denúncias indevidas envolvendo entidades sindicais, após episódios recentes relacionados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), incluindo a possibilidade de confirmação de filiação diretamente pelos sindicalizados.

Ficou definido que a próxima reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) ocorrerá na primeira quinzena de março, podendo ser antecipada para a semana seguinte ao Carnaval, conforme avaliação interna do MGI.



Divulgação/Andes

Reunião de representantes dos servidores com o secretário de Relações do Trabalho do MGI

Reivindicações

Segundo Maria do Céu de Lima, 3ª tesoureira do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), a pauta reúne demandas econômicas e políticas que ainda não receberam resposta do governo.

Entre elas estão o reajuste salarial a ser negociado para 2027, a equiparação de benefícios entre servidoras e servidores, a criação do auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas, além da revogação de medidas consideradas

prejudiciais aos serviços públicos e à classe trabalhadora.

A dirigente também ressaltou que parte dos acordos de greve firmados em anos anteriores, incluindo o assinado com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) em 2024, não foi cumprida. “Há pontos que não envolvem impacto financeiro e que mesmo assim não foram atendidos. Por isso, voltaram para a pauta”, afirmou.

Construção da pauta

O documento foi elaborado de forma unitária pelos fóruns das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). Além das demandas específicas para 2026, a pauta reúne reivindicações acumuladas de anos anteriores que ainda não tiveram encaminhamento na mesa nacional.

As entidades reforçam que todos os pontos são considerados fundamentais e avaliam que a rea-

presentação de itens antigos reflete a frustração com a ausência de respostas efetivas do governo.

Eixos centrais

Ao todo, o documento reúne 26 reivindicações, com foco nos impactos da transformação digital, na defesa de direitos históricos e no fortalecimento do serviço público.

- Soberania digital e infraestrutura pública: defesa do controle estatal sobre infraestrutura tecnológica e dados públicos, reduzindo a dependência de empresas estrangeiras.

- Gestão tecnológica e direitos do trabalhador: uso da tecnologia e da Inteligência Artificial para reduzir a burocracia e viabilizar a jornada de 30 horas semanais, sem redução salarial ou extinção de cargos.

- Preservação do Regime Jurídico Único (RJU) e garantia do direito à desconexão no trabalho remoto.

- Transparência e controle social: acesso sindical a dados institucionais, auditoria de algoritmos e proibição de mecanismos de vigilância digital invasivos.

- Formação contínua: capacitação em soberania digital e ética em Inteligência Artificial, além da inclusão obrigatória da gestão tecnológica nas negociações coletivas, conforme prevê a Convenção nº 151 da OIT.

Marinho discute reestruturação de carreira

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu em Brasília, representantes de confederações nacionais de servidores públicos para tratar da reestruturação da carreira dos servidores administrativos da pasta. O encontro reuniu lideranças sindicais e dirigentes do ministério em torno de um tema considerado estratégico para o fortalecimento da gestão pública.

As entidades levaram ao ministro um conjunto de considerações e reivindicações sobre a organização da carreira, destacando a necessidade de valorização dos servidores administrativos. Segundo os representantes, o fortalecimento da estrutura interna do MTE é essencial para garantir maior eficiência na execução das políticas públicas voltadas ao trabalho e ao emprego.

Entre os pontos defendidos estão a revisão das atribuições dos cargos, a definição de critérios claros para progressão e promoção, além da ampliação



José Cruz/ Agência Brasil

Encontro ocorreu no Ministério do Trabalho e Emprego

de investimentos em capacitação e qualificação profissional. As entidades também ressaltaram a importância de assegurar condições adequadas de trabalho e remuneração compatível com a responsabilidade das funções desempenhadas.

Participação

Estiveram presentes representantes da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público (Condsef), da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), da Confederação Nacional dos

Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) e da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps).

As lideranças destacaram que a reestruturação da carreira ad-

ministrativa é uma demanda histórica e que sua implementação pode contribuir para reduzir desigualdades internas e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

Governo sinaliza diálogo

Do lado do Ministério, participaram da reunião o secretário-executivo, Chico Macena, e a secretária-executiva adjunta, Luciana Vasconcelos Nakamura. Ambos reforçaram a disposição da pasta em manter o diálogo aberto com as entidades e avaliar as propostas apresentadas.

O ministro Luiz Marinho afirmou que a valorização dos servidores administrativos é fundamental para o funcionamento do MTE e que o governo está empenhado em construir soluções que fortaleçam a carreira e garantam melhores condições de trabalho.